

**DOMINGOS, Marcelo José\***

<https://orcid.org/0000-0003-4237-2083>

**RESUMO:** Este artigo discute o papel da subversão como parte da retórica do Estado sobre o ativismo negro, encontrada nos arquivos de inteligência produzidos pelo Sistema Nacional de Informações durante a ditadura (1964 - 1986). Nesse sentido, é feita a análise a cartilha 'A Subversão', de 1983, documento integrante dos arquivos da Secretaria de Segurança Pública, Arquivo Público do Distrito Federal. Esta seção é parte de uma extensa investigação sobre o ativismo negro do Distrito Federal — *A Cidade Modernista, Repressão Racial e Resistência Política: Recuperando Narrativas de Segurança Nacional e Ativismo Negro em Brasília, Brasil* (1978 - 1988), na qual são pesquisados e analisados os arquivos confidenciais e secretos sobre o ativismo negro brasileiro produzido nos últimos anos da ditadura militar brasileira. Ao investigar os conceitos de democracia racial, nação e anti-subversão em arquivos de inteligência e usando abordagens de *Critical Archives Studies*, é possível demonstrar como o estado brasileiro elaborou sua narrativa de raça dentro da máquina burocrática, negando a existência de preconceito racial e agência política negra. Por fim, a pesquisa também incorpora uma perspectiva da história vista de baixo, por meio da análise dos testemunhos orais de ativistas negros, bem como o seu papel no complexo cenário político do Brasil na década de 1980.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subversão; Ativismo Negro; Democracia Racial;

**ABSTRACT:** This article discusses the role of subversion as part of State rhetorics on black activism found on intelligence files produced by the Brazilian National Information System during the dictatorship ( 1964 - 1986). I analyzed the 1983 booklet 'The Subversion,' which I found in Public Security Department files — Federal District Public Archives. This section is part of an extensive investigation on Federal District black activism — *The Modernist City, Racial Repression and Political Resistance: Recovering Narratives of National Security and Black Activism in Brasília, Brazil* (1978 - 1988) in which I survey and analyze classified archives on Brazilian Black activism produced in the last years of Brazilian military dictatorship. By investigating concepts of racial democracy, nation, and anti-subversion in intelligence files and using approaches of critical archival studies, I demonstrate how the Brazilian state elaborated its narrative of race in the government bureaucracies, denying the existence of racial prejudice and Black political agency. My research also incorporates a bottom-up perspective through analysis of Black activists' oral testimonies and their role in the complex political scenario of Brazil in the 1980s.

**KEYWORDS:** Subversion; Black Activism; Racial Democracy;

---

\* PhD em História na University of Texas at Austin - Latin American History. Mestre em História Cultural da Universidade de Brasília (2005). Professor de História do Ensino Superior ( Estética , História Cultural, História do Brasil, História Contemporânea e Relações Internacionais orientação de trabalhos acadêmicos) e do Ensino Médio.



Neste artigo, é abordada a função da subversão no discurso de inteligência sobre o ativismo negro durante a Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985) em Brasília, Distrito Federal. Esta discussão apresenta e analisa uma particular fonte primária oriunda do Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, o opúsculo produzido pelo Centro de Informações do Exército, intitulado *A Subversão*<sup>6</sup> de 1983. Nesse sentido, precisamente, o foco se encontra no discurso estatal que advoga o protagonismo da subversão e seus agentes, como parte da retórica da negação sistemática da existência do racismo e de agência da luta antirracista no Brasil<sup>7</sup>. Ao apresentar esta discussão, diversas aos livros da educação básica sobre ditadura brasileira, este artigo traz uma colaboração para pensarmos os conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular — BNCC<sup>8</sup> sobre ditadura militar, sob a ótica da Lei 10.639/03<sup>9</sup> – e sua aplicação nas salas de aula.

Ao longo desta investigação sobre ao ativismo negro em Brasília e no Distrito Federal, foi identificada a existência de uma *narrativa* do Estado brasileiro no interior do emaranhado de centenas de milhares de documentos da repressão sobre a luta antirracista. Esta narrativa contém elementos retóricos recorrentes que particularizam

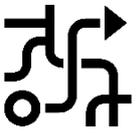
---

<sup>6</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

<sup>7</sup> Apoio meu interesse no discurso estatal na perspectiva de Roger Chartier ( CHARTIER, 1990: 14- 15). Segundo aquele historiador francês Discursos e representações do mundo social permeiam práticas sociais. A investigação do discurso do estado Brasileiro sobre raça, racismo e nação são elementos necessários para (1) a compreensão de como o racismo opera no interior da burocracia estatal sob a responsabilidade dos militares. E (2) resultados: a inação do estado sobre a questão racial - ainda hoje .

<sup>8</sup> Ensino Fundamental: EF09HI19 (9º ano: Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos); EF09HI20 (9º ano: Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar); EF09HI29 (9º ano: Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras); EF09HI30 (9º ano: Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos). Ensino Médio: EM13CHS602 (Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual).

<sup>9</sup> A Lei 10.639/03 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

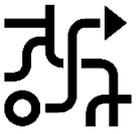


o pensamento do Estado sobre o ativismo negro. Nesse contexto, ela possui características próprias - uma coerência intrínseca, contradições, origens e permanências. Ainda, é argumentado que estes elementos retóricos permitem vislumbrar *como* o Estado Brasileiro elaborou sua narrativa de raça para a sociedade. Por último, é exposto que as permanências do discurso do Estado e sua compreensão são contextos necessários para a investigação do ativismo negro em Brasília - DF nos anos 1980 - movimento de características únicas e parte de um esforço nacional de luta antirracista.

Nesse ínterim, o balizamento cronológico para recuperação das trajetórias do ativismo negro em Brasília e Distrito Federal está compreendido entre os anos 1978 - 1988. No entanto, o discurso do estado autoritário, sobre raça, extrapola este período e manteve-se inalterada, pelo menos, até 1988 — justificando a menção de alguns documentos dos anos 1970. Além disso, especialmente nos últimos anos da ditadura, as permanências desse discurso sobre raça e racismo do Estado brasileiro evidenciam o caráter dúbio da repressão dos últimos anos da ditadura brasileira. Isso porque o período de Transição para democracia fora, sem dúvida, um período em um arcabouço institucional autoritário sub-existiu em concomitância com a elaboração de um conjunto institucional democrático.

Por este motivo, apesar historiografia sobre a ditadura ter o entendimento do ano de 1985 (FAUSTO, 1991: 512) como fim do período autoritário, institucionalmente, os serviços de Inteligência operaram nos mesmos moldes do regime de 1964, pelo menos, até 1988, com o advento da nova Constituição. Dessa forma, nesta seção será possível analisar documentos secretos de monitoramento do ativismo negro contemporâneo, em ordem cronológica crescente, em diversos momentos entre os anos de 1972 até 1988.

Neste longo período, o discurso sobre raça não mudou. Nos documentos de inteligência, foi analisada a *narrativa* do Estado Brasileiro e os *elementos retóricos* característicos sobre a luta antirracista do período de 1970 a 1988. Assim, esses mesmos elementos são o contexto necessário na investigação documental das trajetórias do ativismo negro brasiliense, os fatos registrados, seus silêncios e omissões. Logo, é possível identificar que esta narrativa emerge da análise dos relatórios das atividades dos mesmos grupos, os documentos secretos do aparato de inteligência da Ditadura militar brasileira (1964 - 1986).



A partir desses entendimentos, combinados à singularidade das condições socioeconômicas e políticas do Distrito Federal, a presente investigação acrescenta uma perspectiva pouco explorada nos estudos sobre o ativismo negro no Brasil. Nesse contexto, aqui a referência feita ocorre entre a compreensão diversa de como o Estado Brasileiro tratou a questão racial, durante a ditadura (1964 -1986); e de como a discriminação racial na sociedade brasileira operou dentro da Administração pública brasileira; e de como estes elementos operaram no contexto brasileiro.

## 1 SOBRE A RETÓRICA DO ESTADO NOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA

Antes de tudo, é importante destacar que os trechos selecionados abaixo foram retirados do extenso dossiê do Serviço Nacional de Informações - SNI, 'Racismo Negro no Brasil'<sup>10</sup>. Este documento, com mais de 400 páginas, contém relatórios de *informação*, *informes*, *clipping* de notícias, fotos entre os anos de 1966 a 1978. Além disso, os documentos contêm relatórios de diversos órgãos do Sistema Nacional de Informações -SisNI, o sistema de coleta de informações e de vigilância do regime militar. Com isso, nos trechos abaixo destacam-se alguns dos elementos discursivos da retórica estatal sobre a atuação de grupos antirracistas nos anos 1970 - 1988, enfocados neste artigo, sendo eles:

As contingências históricas que mantiveram o homem de cor agrilhado à escravidão deixaram-lhe profundas cicatrizes. No caso brasileiro, entretanto, as decisões nacionais contra a escravidão (...)mudaram parcialmente os ressentimentos que lhe marcaram a primeira fase histórica. Por isto, é até mesmo temerário, sendo mesmo imprudente admitir um problema de raças no Brasil.' (Informação 0361/19/AC/77 )<sup>11</sup>

Num país essencialmente liberal e aberto a miscigenação e convivência inter-racial, como o nosso, com raríssimos **casos** comprovados de segregação, odioso e antinatural, que uma minoria pertencente à raça negra seja contaminada por idéias alienígenas, procedentes quer seja dos bairros do HARLEM ou WEST SIDE, bem como da subterrânea propaganda comunista, que vislumbrou, através da livre manifestação do pensamento, essência da democracia, mais uma oportunidade para golpear as instituições e fomentar a tensão interna. (Informação 607/16/ AC 77)<sup>12</sup>

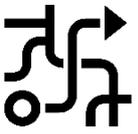
No que tange à *narrativa*, aqui se defende que os elementos discursivos mencionados anteriormente se apresentam nos documentos em duas formas

---

<sup>10</sup> Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*.

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 0361/19/AC/77*

<sup>12</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 607/16/ AC 77*



distintas. Primeiro, na narrativa *expressa* em relatórios nos quais a opinião do Estado foi expressada claramente com o intuito de padronizar os procedimentos de investigação sobre a luta antirracista típica dos anos 1980. Assim sendo, esta narrativa, silencia e busca invisibilizar as demandas raciais - alinhando-as a ideias 'subversivas' da esquerda — esvaziando, assim, as demandas legítimas do ativismo negro — como os fragmentos acima.

Por outro lado, o segundo elemento discursivo é mais sutil: a narrativa *implícita* na organização temática dos dossiês sobre o ativismo negro. Nela, a organização documental dos dossiês temáticos é mais notória nos anos 1970. E este o caso do dossiê de 400 páginas intitulado 'Racismo Negro no Brasil' acima.<sup>13</sup> Ao contrário da narrativa expressa, que diminui a relevância das demandas raciais, a *narrativa implícita* na organização documental, na criação de dossiês dedicados aos temas Raça e Racismo e no discurso dos agentes sobre raça, denotam que a questão racial era, para o Estado brasileiro, mais delicada do que aparenta em uma primeira leitura.

Vale ressaltar, todavia, que os elementos da retórica estatal sobre a luta antirracista não se limitam a este período. Primeiro, foi necessário verificar os indícios documentais de monitoramento da luta antirracista já nos fins da década de 1960<sup>14</sup>. Ainda, é comprovado, na literatura secundária, que alguns elementos característicos do discurso estatal sobre si e sobre o ativismo negro precedem a ditadura militar e os serviços de informação - tais como o *paternalismo* e o *anti-comunismo*<sup>15</sup>.

Todavia, apesar da prévia existência de alguns elementos retóricos no discurso estatal sobre raça, racismo e nação, pelo menos em dois aspectos tornam o período 1978 - 1988 único. Primeiro, o grau de sofisticação alcançado pela administração pública - concomitante ao pleno funcionamento do sistema de inteligência, possibilitou ao Estado ditatorial um grande *monitoramento* e o *registro* de seu ponto de vista sobre o que ele considerava nocivo à nação.

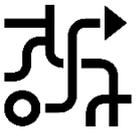
Segundo, o contexto de redemocratização dos anos 1979 - 1988 - um período

---

<sup>13</sup>Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*.

<sup>14</sup> O próprio dossiê 'racismo negro no Brasil' faz referência ao monitoramento de grupos antirracistas no Brasil em 1966.

<sup>15</sup> O paternalismo do Estado, que concebia que a sociedade brasileira necessitava da "orientação" apontada por Fico (1997); e o temor de um levante comunista depois da Intentona de 1935 (FERREIRA, 2005).



incerto de coexistência de dispositivos legais de abertura política, concomitante a uma ainda rígida Lei de Segurança Nacional. Ela, por sua vez, permitiu que os grupos antirracistas saíssem da clandestinidade, permitindo, ao mesmo tempo, que a repressão produzisse uma inédita profusão de documentos de vigilância sobre grupos considerados subversivos, especialmente em Brasília.

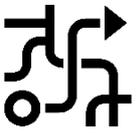
## 2 A SUBVERSÃO

Com base nestes documentos do Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF e do Arquivo Nacional do Brasil – AN, observa-se que o discurso geral do Estado ditatorial sobre as demandas antirracistas eram, invariavelmente, esvaziadas de seu sentido sob a alcunha de serem produtos da 'subversão'. Ao inviabilizar aquelas demandas, e agindo em oposição à mobilização popular e ao empoderamento de grupos, historicamente, oprimidos, em geral, o Estado brasileiro no período ditatorial (1964 - 1986) consolidou sua parcela de responsabilidade na manutenção do racismo no Brasil.

Outrossim, neste artigo os olhares são dedicados ao discurso do Estado sobre a subversão, como escusa do Estado e seus agentes em monitorar e perseguir a luta antirracista. Aqui, como o Estado brasileiro identificava seu verdadeiro inimigo - a subversão - e a partir daí como ele organizou sua retórica anti-subversão e contra o ativismo negro. Nesta subseção, a principal evidência documental é o opúsculo '*A Subversão*.' Este documento faz parte de um Relatório Especial de Informações do Exército de 1983 que apresenta claramente o entendimento do Estado sobre o tema e suas consequências para o monitoramento dos grupos antirracistas. Com isso, nota-se que a análise feita pelo Centro de Informações do Exército - CIE - condensa os elementos conceituais do estado na sua investigação de grupos antirracistas no período estudado.

### 2.1 FONTE PRIMÁRIA: O OPÚSCULO *A SUBVERSÃO* (1983)

Nesta seção, investiga-se como o Estado brasileiro identificou seu verdadeiro - a *Subversão* - como parte do conjunto retórico sobre seus inimigos - descaracterizando a questão racial. Este entendimento do Estado sobre a raça e a *subversão* pautou, ideologicamente, as investigações, as motivações e considerações expressas nos relatórios de inteligência sobre o ativismo negro. Como consequência,



esta compreensão sobre a *Subversão*, apoiou o Estado brasileiro a reduzir todas as demandas políticas dos movimentos sociais a meros joguetes da *Subversão*, do comunismo e seus agentes. À ideia da *subversão*, contrapunham-se a de uma visão de um estado democrático perfeito e harmônico, no qual o elemento alienígena subversivo e corruptor criasse problemas inexistentes - como o racismo no Brasil. Este o entendimento do Estado sobre a *Subversão* focava suas investigações em seus *agentes* - O Clero Progressista e os novos partidos de esquerda.

Tendo em vista isso, tornou-se imprescindível refletir sobre o tema da subversão, tratado por diversos autores. Para esta seção, particularmente, as colaborações de Mariana Joffily (2013), Carlos Fico (2001) e Ishaq, *et al.* (2012), que enfocam na discussão dos aspectos discursivos dos documentos de inteligência, são extremamente relevantes. Isso porque estes autores apresentam proposições daqueles documentos que extrapolam seu conteúdo em si, com foco no conceito de subversão explorado pelo Estado.

Em 'No centro da Engrenagem - os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de Sao Paulo, 1965 - 1975, Mariana Joffily (2013), explora as dimensões discursivas dos interrogatórios. Segundo a autora, a intencionalidade na transcrição do relatório era "no limite, o interrogatório tinha por função implícita aniquilar a alteridades e impor um única fala autorizada; a dos interrogadores" (JOFFILY, 2013: 143- 144). Fico (2001:19), por sua vez, ressalta outro elemento relevante: mais do que produzir informação sobre os inimigos do regime, os relatórios de inteligência, os documentos sobre a subversão possuem efeitos "extra-textuais" - o discurso de justificativa para as ações da repressão. Finalmente, em "A escrita da Repressão e da Subversão" (ISHAQ et al., 2012), dedica mais de 300 páginas sobre a terminologia desenvolvida pelo Regime sobre a subversão.

Além de um conceito bem estudado pela historiografia, a Subversão é também uma importante peça da *retórica* do Estado sobre o ativismo negro - justificando o seu estudo detalhado nesta seção. A 'não existência do problema racial' e a negação de *agency* do ativismo antirracista se apoiam, dialeticamente, no discurso do Estado sobre a subversão. Portanto, a partir desta lente, a *Subversão*, o Estado brasileiro elabora sua narrativa para explicar a existência de grupos antirracistas - e a justificar a improcedência de suas demandas.



Nesse sentido, do ponto de vista da padronização do léxico dos serviços de inteligência sobre a *Subversão*, localizamos no Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF — Fundo Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, um documento interessante, uma *cartilha*, produzida pelo SNI, órgão central de Brasília-DF intitulado apenas ‘A Subversão’, parte integrante do *Encaminhamento 30/16 / AC / 83*, que postula: “1 - Encaminha-se, em anexo, o opúsculo ‘A Subversão’, elaborado por esta AC/ SNI, com a colaboração de outros Órgãos de Informações, versando sobre aspectos doutrinários e conjunturais da subversão”<sup>11</sup>.

Apesar da existência de outras cartilhas (ISHAQ *et al.*, 2012), um elemento particulariza a minha atenção sobre este documento. O manual foi editado de outubro de 1983 - dois meses antes da Lei 7170 /83, a nova Lei de Segurança Nacional e, ainda, concomitante a edição de leis que viabilizaram a volta da democracia plena no Brasil nos anos 1980<sup>12</sup>. Em outras palavras, este opúsculo reafirma elementos da Doutrina de Segurança Nacional do Decreto - Lei 898/1969<sup>13</sup> em plena transição para a democracia. Um documento com estas características, dedicado a instrumentalizar, ideologicamente, as agências de informação, focando em aos movimentos sociais e políticos durante a redemocratização, põe em evidência como o período de transição para a democracia foi bem mais instável do que se imagina o senso comum. E parte da literatura sobre o tema, como este trecho do mesmo documento em análise, ilustra muito bem:

À medida em que se aperfeiçoa democraticamente o sistema político brasileiro, menos ressonância encontram, junto à opinião pública, os que clamam contra a escalada subversiva, de vez que parece ter sido a sociedade persuadida de que "a subversão acabou". Lamentavelmente, a primeira conclusão que se pode tirar diante da constatação desse fenômeno, e a de que a subversão muito ao contrário, vem de atingir exatamente seu objetivo maior, que, **como o do proverbial demônio, consiste precisamente em fazer crer que não exista**<sup>14</sup>

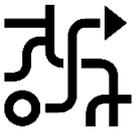
---

<sup>11</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

<sup>12</sup> A Lei de segurança nacional, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Para fins da discussão apresentada neste subitem, destaco que a LSN é a justificativa legal para os relatórios de inteligência, especialmente os movimentos sociais.

<sup>13</sup> Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

<sup>14</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.



Este documento — em contraste a leitura de documentos sobre o ativismo negro no Distrito Federal — reforçam o argumento aqui defendido: de que relação dialética entre a *Subversão* e as atividades antirracistas foram o mote para o Estado monitorar os ativistas negros. Sendo a subversão o motor, o Estado se absteve de buscar explicações fora da esfera subversiva para a existência da luta antirracista. Nesse sentido, em minha investigação de doutorado, localizei diversos documentos de inteligência dedicados, exclusivamente, ao ativismo negro,<sup>15</sup> mas, em nenhum momento, aqueles relatórios buscam interpretar, compreender, discutir ou apresentar os principais pontos de vista teóricos, ou dados estatísticos sobre a questão racial no Brasil - com mesmo empenho que o SNI se dedica a pensar a *Subversão*.

Naqueles documentos, pouco do pensamento negro é descrito, criticado, sem grandes aprofundamentos. Nota-se ainda que, os documentos citados, focam sua atenção nos trabalhos de intelectuais do ativismo negro como Abdias Nascimento<sup>16</sup> e, às vezes, Clóvis Moura<sup>17</sup> pouco se dedicam a interpretar suas ideias e, em alguns casos, com comentários irônicos reafirmando a validade da retórica do Estado sobre a discussão de raça.<sup>18</sup> A despeito disso, tampouco os relatórios promovem a crítica ao pensamento de radicais negros norte-americanos ou da África lusófona - grandes

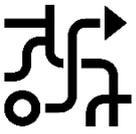
---

<sup>15</sup> Vide, por exemplo: Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *Relatório Especial de Informações 04 do Centro de Informações do Exército, 1983*

<sup>16</sup> **Abdias do Nascimento** (1914 - 2011) Um dos mais influentes pensadores negros e Ativista Negro Brasileiro. indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010. Fundou relevantes entidades sobre a condição do negro no Brasil como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Nos documentos que consultei, não é exagerado afirmar que, sobre a questão racial, a inteligência militar e o Ministério das Relações Exteriores o consideravam "inimigo número 1".

<sup>17</sup> **Clóvis Steiger de Assis Moura** ou simplesmente **Clóvis Moura** (1925 — 2003) foi Sociólogo e Jornalista. Seu trabalho é bastante influente introduzindo o papel da resistência negra desde os tempos coloniais por meio de diferentes estratégias e táticas. Clóvis Moura usou a teoria marxista para analisar o sistema escravista brasileiro, e contrariando o pensamento de Gilberto Freyre de harmonia entre as raças no Brasil colônia.

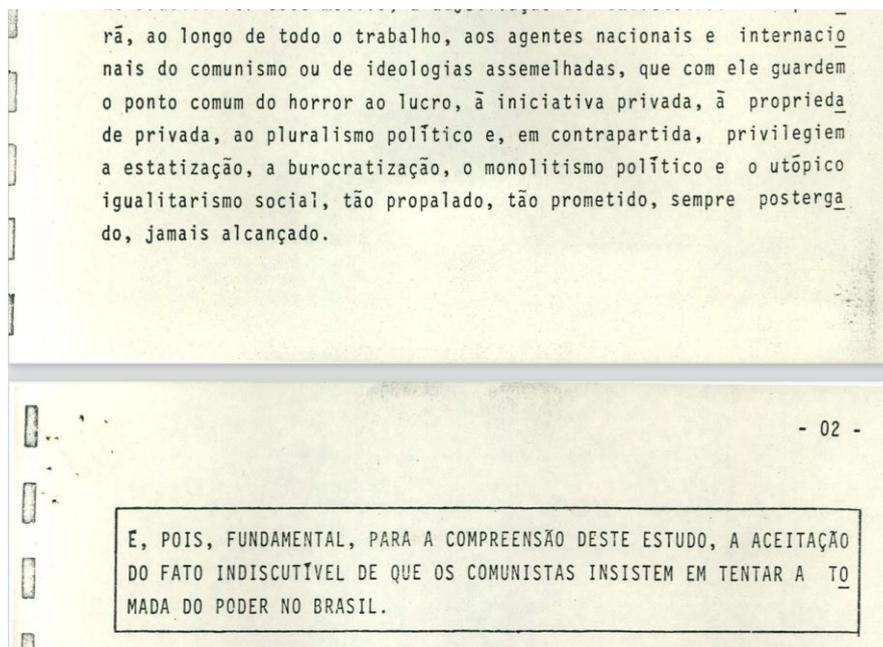
<sup>18</sup> Sobre os intelectuais brasileiros que discutem a questão racial, Em 1978, no contexto da Fundação do MNU, coincidindo com a emergência do Movimento Black Rio e com a volta de Abdias do Exílio dos Estados Unidos, o informe apresenta de maneira sucinta ideias relacionadas ao 'Racismo Negro no Brasil' mencionando Abdias Nascimento, Florestan Fernandes e Roger Bastide. Ao criticar as ideias daqueles autores, o relator ironiza: 'Certamente, seria até benéfico apontar as falhas no tão louvado modelo brasileiro de democracia racial a seus mais empedernidos apologistas. Seria, porém, o caso de perguntar se esses críticos progressistas não o seriam, até certo ponto, vítimas de seus próprios preconceitos. Falam de 'negritude' pensando em revolução.' E prossegue: 'Salvo engano total, os brasileiros estão paulatinamente tornando realidade uma democracia racial até hoje jamais concretizada em país algum.' (Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, *INFORMAÇÃO 059419/AC/78.*)



influências do pensamento negro brasileiro alegadas pelos ativistas (PEREIRA&ALBERTI, 2007: 69 – 88).

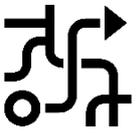
Além disso, a estrutura da cartilha é bastante pedagógica, objetiva e, contrastando com outros relatórios de informações, não lança mão de termos degenerativos para analisar a subversão e seus agentes.<sup>19</sup> É possível depreender também que há uma intenção evidente de explicar aos agentes a base teórica e os métodos da *Subversão*. O texto está organizado em “introdução”, “por quê”, “como”, “quando”, “para quê”, ‘quem’ e ‘onde’. Sobre seu conteúdo, o *Opúsculo* visa compreender o pensamento dos subversivos e a lógica que permeia suas táticas e estratégias. A despeito da apresentação sucinta e concatenada dos conceitos, autores, etc., a cartilha apresenta conclusões dogmáticas pontuais, indicando o que o agente de informações deve apreender da cartilha e incorporar a seus relatórios.

**Fig. 01. Trecho da cartilha ‘A Subversão’ de 1983.**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública.

<sup>19</sup> Uma das características comuns aos dossiês documentos sigilosos sobre ativistas: Quando o investigado era um homem, seu caráter era atacado pelo relator; quando uma mulher era investigada, sua honra era colocada em questão. Em ambos casos, a objetividade intencional do relator revelava perspectiva moral do regime e seus investigados. Na cartilha em questão, ao contrário, existe uma evidente pretensão de clareza e objetividade nas proposições.



Note o ponto de destaque encerrando a seção. Mas, primeiramente, o próprio conceito de *Subversão* é apresentado.

A SUBVERSÃO CONSISTE NO EMPREGO PLANEJADO DA PROPAGANDA E DE OUTRAS AÇÕES, PRINCIPALMENTE DE CUNHO PSICOLÓGICO, COM O OBJETIVO DE OBTER O APOIO DA POPULAÇÃO PARA UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO.<sup>20</sup>

O poder e a influência comunista seria distribuída piramidalmente, na qual cada peça seria uma associação, grupo, sindicato que teria em sua coordenação controlada pelos comunistas. Nesta pirâmide, o Ativismo Negro - fosse ele do MNU, Comissões negras de partidos políticos, grupos no clero Católico, como o GRUCON e os APNs - seriam meras peças menores no contexto mais amplo da Dualidade de Poder aspirada pelos comunistas.

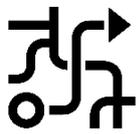
Portanto, as práticas adotadas pelo ativismo negro - seminários, cursos, eventos em geral, são estratégias de doutrinação subversiva. Neste sentido, o *Opúsculo* informa que, *Doutrinar*, também chamado de 'trabalho de massa' seria o processo de 'incutir' nas massas a ideologia marxista. Isto ocorreria por várias formas no plano prático: 'sobre a máscara de 'cursos' ou 'seminários' sobre política' nestes encontros dois temas "fundamentais são sempre ministrados (...) - a ideia de que o Governo e o regime 'não prestam' sendo preciso substituí-los; - os fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Mobilizar é então o passo subsequente e lógico, com a promoção de greves e atos públicos".<sup>21</sup>

A luta anti-racista, uma vez infiltrada pelos agentes subversivos, é entendida como parte de um objetivo amplo de dominação comunista ou, senão, foi criada pelos mesmos agentes - conforme sugerido em diversas vezes nos documentos analisados. Os movimentos, mesmos que 'legítimos,' seriam ainda passíveis de influência comunista. O *Opúsculo* afirma ainda que, se um dado movimento político não tivesse existência anterior, os comunistas os criaram. Se o movimento já existe, os comunistas se infiltrarão neles e os controlarão. É por isso que qualquer questão de ordem social era qualificada de pura e simplesmente como 'subversiva': é um ponto potencial de infiltração e influência comunista. Este era o caso do ativismo negro da década de 80.

---

<sup>20</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Encaminhamento 30/16/AC/83.

<sup>21</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Encaminhamento 30/16/AC/83.



Subversão age por meio de seus instrumentos ou agentes na *Terra Brasillia*. A cartilha identifica três grupos : *instrumentos de ação internacionais, instrumentos de ação nacionais, e a rede de apoio*.<sup>22</sup> A rede de instrumentos internacionais da subversão seria a parte que direta ou indiretamente trabalharia para manchar a imagem do Brasil no exterior: países, agências de notícias, artistas e personalidades de influência e repercussão no exterior ou partidos comunistas 'de quaisquer países ou organizações (...) voltadas para irradiação da subversão ao nível mundial'<sup>23</sup> — especialmente o caso do Partido dos Panteras Negras norte-americano'<sup>24</sup>; no plano interno, os instrumentos nacionais, os seus principais representantes seriam os partidos políticos de oposição e a rede de apoio de simpatizantes em diversos setores, como na imprensa, por exemplo.

Neste documento, a luta antirracista é considerada parte da 'estrutura do processo subversivo no Brasil', como um subgrupo no grupo e *Movimentos de bairros, de favelados e específicos*'.<sup>25</sup> Após uma leitura cuidadosa do conceito de estado do *Subversão*, alguns podem argumentar que a vigilância sobre o ativismo negro foi meramente impulsionada pela paranoia anticomunista. Não necessariamente: Karin Kossling entre vários autores, demonstra que a perseguição sistemática de organizações negras no Brasil antecedeu, e muito, o período militar sob a argumentação de que essas organizações estariam introduzindo o racismo no Brasil (KOSSLING, 2007, CANCELLI, 1993). O discurso sobre Subversão como pretexto para investigar o ativismo negro contemporâneo iria, todavia, apresentar uma outra camada de ocultação da existência racismo brasileiro pelo Estado. Para este, a discussão proposta pelos ativismos negros representava ameaça ao ideal harmonia racial na sociedade brasileira – inspirada pela esquerda subversiva. Este discurso

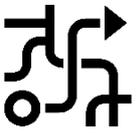
---

<sup>22</sup> Em um dado momento, a cartilha abandona a terminologia "instrumentos", categorizando todos os "instrumentos" simplesmente como "agentes da subversão".

<sup>23</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

<sup>24</sup> Como verifico em minha investigação do *Opúsculo*, para a Inteligência, a subversão possui, invariavelmente, origem externa à sociedade brasileira. Diversos documentos durante os anos 1970 informam a possível influência do Partido dos Panteras Negras nas esquerdas clandestinas no Brasil, e a consequente infiltração nos grupos ativistas negros dos fins dos anos 1970.

<sup>25</sup> Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Segurança Pública, *Encaminhamento 30/16/AC/83*.



sobre a subversão aplicado sobre o ativismo negro contemporâneo, em última instância, invisibilizou a agressiva realidade racial / estrutural brasileira.

Concomitante às evidentes intenções anticomunistas, as autoridades brasileiras, antes e durante a ditadura, acreditavam e sustentavam firmemente a inexistência do racismo — sendo atestado no discurso expresso da Inteligência sobre o tema. Além disso, o Estado brasileiro categorizou todos os que contestaram a inexistência do racismo, de racistas.<sup>26</sup> Esse entendimento é tão profundo e tão introjetado na cultura brasileira, - especialmente na administração pública e mesmo na academia - que as agentes de inteligência consistentemente afirmam em seus documentos a 'não existência de problema' de raça no Brasil, apontando nos ativistas como provocadores de um racismo inexistente na sociedade brasileira. Nesta guerra de narrativas, o conceito de *Subversão* foi um elemento fundamental para a consolidação desta retórica.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro*. Rio de Janeiro: FGV. Pallas, 2007.

CANCELLI, Elizabeth, *O Mundo Da Violência - A Polícia Na Era Vargas*. Brasília - DF: Edunb- Editora Universidade de Brasília, 1993.

CHARTIER, Roger *História Cultural, entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A. 1990.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 12a ed.

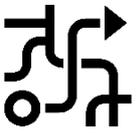
FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder - Análise Do Discurso Anticomunista Do Exército Brasileiro*. Sao Paulo: Annalume Editora, 2005.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam - Os Subterrâneos Da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Reinventando o Otimismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 1997.

---

<sup>26</sup> Cabe aqui uma importante nota. Refiro-me à relutância em setores da sociedade brasileira em identificar a raça como um fator limitante da posição social e da mobilidade, em oposição à insistência em longa data em enfatizar a classe como o grande divisor na sociedade. Assim, ao focar o comunismo, com sua ênfase no conflito material / de classe como a "verdadeira" fonte do movimento negro no Brasil, os conservadores reforçam a ideia de longa data da centralidade das origens de classe, das desigualdades raciais no Brasil, que é não como o movimento negro entende as disparidades e discriminação baseadas na raça.



ISHAQ, Vivien. FRANCO, P.E. SOUZA, Tereza E de. *A Escrita Da Repressão e Da Subversão*. Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana, *No Centro da Engrenagem - os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969 - 1975*. São Paulo, Edusp, 2013.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)* (Mestrado em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007). Disponível em <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-01112007-142119>. Acesso em 18/10/2019.

## LEIS

GOVERNO FEDERAL. Presidência da República. *Lei de segurança Nacional. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm) Acesso em 3/2/2021

GOVERNO FEDERAL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969 Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 3/2/2021.

## FONTES

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 607/16/AC/77*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> . Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Informação 0361/19/AC/77*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *INFORMAÇÃO 059419/AC/78*. Disponível em: <https://arquivonacional.gov.br/> . Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. *Relatório Especial de Informações 04 do Centro de Informações do Exército*. Disponível em: [https://arquivonacional.gov.br](https://arquivonacional.gov.br/) Acesso em 12/03/2020.

Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Secretaria de Segurança Pública. Série Entidades. *Encaminhamento 30/16/AC/83*.

Recebido em 24/05/2023

Aprovado em 05/12/2023